

SEQ. 9

Conhecer a eventual existência de Operações com Partes Relacionadas.

- . As transações com partes relacionadas são destacadas em Notas Explicativas que, regularmente, constam das Demonstrações Financeiras, conforme a Nota 17 do ITR de 30/06/16:

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

17.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 469 (646 em 31 de dezembro de 2015) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

17.2 Captações de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A Companhia é sucessora da Light, companhia responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica. A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à companhia de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela Companhia ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à Companhia de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Detalhes sobre o andamento dos processos judiciais movidos pelas partes e do processo de arbitragem estão apresentadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Durante o período findo em 30 de junho de 2016, não ocorreu nenhum evento novo em relação aos fatos divulgados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

DEMANDA CONSELHO FISCAL

17.3 Mútuo com subsidiária Pirapora

A Companhia, no ano de 2015, transferiu à sua controlada e subsidiária integral, PIRAPORA ENERGIA, o montante de R\$ 4.588 a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo tem o prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal IPC-A. Houve um aditivo prorrogando o contrato em mais 12 meses aprovado pela ANEEL e BNDES.

17.4 Remuneração do pessoal chave da administração

	30/06/2016		30/06/2015	
	(a) n° de membros	Remuneração	n° de membros	Remuneração
Partes Relacionadas				
Diretoria estatutária	3	474	2	316
Conselho Fiscal	5	148	5	148
Conselho administrativo	10	445	11	489
	<u>18</u>	<u>1.067</u>	<u>18</u>	<u>953</u>

Remuneração do pessoal chave da administração:				
	2ºTrimestre 2016		2ºTrimestre 2015	
	(a) n° de membros	Remuneração	n° de membros	Remuneração
Partes Relacionadas				
Diretoria estatutária	3	237	2	158
Conselho Fiscal	5	74	5	74
Conselho administrativo	10	223	11	244
	<u>18</u>	<u>534</u>	<u>18</u>	<u>476</u>

17.5 Serviços Canal Rio Pinheiros

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional. Esses gastos são ativados em conta específica do balanço patrimonial e, anualmente, a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores como obrigações no grupo de Depósitos Vinculados. Quando ocorre a prestação de contas e a aprovação dos gastos, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de junho de 2016, o saldo a receber é de R\$ 937 (R\$ 8.115 em 31 de dezembro de 2015). Durante o ano de 2016 o contrato encontra-se em fase de negociação sendo que a EMAE já desembolsou o montante de R\$ 9.432.